



## Fuxicos e Retalhos de Sofrimento Feminino: Relato de Experiência com uma Ferramenta Político-Clínica

### Yo-yo Sewing and Scraps of History of Female Suffering: Experience Report with a Political-Clinical Tool

### Costura de Yo-yo y Retazos de Sufrimiento Femenino: Relato de Experiencia con una Herramienta Político-Clínica

Lázaro Batista <sup>a</sup>, Thainara Brito Santos <sup>a</sup>, Viviane dos Santos Bezerra <sup>a</sup>, Wisley Kawane Barbosa da Costa <sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, AL, Brasil

#### Resumo

Trata-se de relato de experiência acerca das atividades de extensão e campo de estágio voltado à produção de um espaço de compartilhamento de histórias e criação de peças artesanais entre mulheres de uma comunidade urbana do agreste de Alagoas. Com ele, buscamos estabelecer um debate crítico sobre algumas possibilidades de atuação da Psicologia em contextos de vulnerabilidade social. As ações ocorreram entre setembro de 2022 e junho de 2023, divididas em dois momentos, com elaboração de Diagnóstico Comunitário e execução de projeto de intervenção psicossocial. No primeiro caso, entre as atividades, foram realizadas visitas domiciliares, reuniões com lideranças comunitárias e elaboração de diagnóstico de necessidades. Já a fase de intervenção psicossocial ocorreu por meio da realização de rodas de conversa e oficinas de costura criativa (fuxico). A partir da apresentação das atividades realizadas, busca-se apontar que as histórias enredadas ao longo de todo o processo são sintomáticas das formas de sofrimento ético-político experimentado pelas mulheres no contexto de vulnerabilidade social e dominação interseccionada. Paralelo a isso, buscamos sustentar que a disponibilidade de espaços de sociabilidade e compartilhamento das histórias pode ajudá-las no enfrentamento a tais adversidades, constituindo uma potente ferramenta político-clínica em psicologia.

*Palavras-chave:* fuxico, intervenção psicossocial, mulheres.

#### Abstract

This is an experience report about the activities of extension and curricular internship that aimed at the production of a space for the sharing of stories and the creation of artisan pieces among women of an urban community in a rural city of Alagoas. With it, the objective is to establish a critical debate on some possibilities for Psychology to act in contexts of social vulnerability. The activities happened from September 2022 to June 2023, divided into two moments. First, we carried out home visits, meetings with community leaders and elaboration of diagnosis of needs. On the other hand, the phase of psychosocial intervention occurred through the realization of conversation circles and creative sewing offices (yo-yo sewing). As results, it seeks to suggest that the stories entangled throughout the process are symptomatic of the forms of ethical-political suffering experienced by women in the context of intersecting social vulnerability and domination. Along with this, we seek to sustain that the availability of social spaces and the sharing of stories can help them not face such adversities, constituting a powerful political-clinical tool in psychology.

*Keywords:* yo-yo sewing, psychosocial intervention, women.

Endereço para correspondência: Lázaro Batista - lazaro.batista@palmeira.ufal.br

Recebido em: 19/07/2023 - Aceito em: 28/12/2023



Este artigo da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

### **Resumen**

Este es un relato de experiencia sobre las actividades de extensión y etapa curricular que tuvieron como objetivo la producción de un espacio para el intercambio de historias y la creación de piezas artesanales entre mujeres de una comunidad urbana en una ciudad rural de Alagoas. Con esto, el objetivo es establecer un debate crítico sobre algunas posibilidades de la Psicología para actuar en contextos de vulnerabilidad social. Las actividades se desarrollaron desde septiembre de 2022 hasta junio de 2023, divididas en dos momentos. Primero, realizamos visitas domiciliarias, reuniones con líderes comunitarios y elaboración de diagnósticos de necesidades. Ahora la fase de intervención psicosocial se dio a través de la realización de círculos de conversación y talleres de costura creativa (costura yo-yo). Como resultados, se busca sugerir que las historias entrelazadas a lo largo del proceso son sintomáticas de las formas de sufrimiento ético-político vividas por las mujeres en el contexto de cruce entre vulnerabilidad social y dominación. Junto a esto, buscamos sustentar que la disponibilidad de espacios sociales y el compartir historias pueden ayudar a no enfrentar tales adversidades, constituyéndose en una poderosa herramienta político-clínica en psicología.

*Palabras clave:* costura yo-yo, intervención psicosocial, mujer.

### **Vulnerabilidade Social e Implicações Interseccionais do Sofrimento Ético-Político**

Este texto relata as atividades de extensão e estágio em Psicologia Social Comunitária desenvolvidas junto com moradores/as do loteamento Natércio Viana, comunidade urbana da cidade de Palmeira dos Índios, no agreste alagoano. Localizado às margens da rodovia AL-115, o loteamento conta com pouco mais de cem famílias e algo em torno de duzentos e cinquenta moradores, sendo que a ocupação da área remonta a doações e ocupações espontâneas que foram regularizadas pelo poder público há pouco mais de uma década (Prefeitura de Palmeira dos Índios, 2012). Em face disso, de modo geral, a comunidade reproduz a lógica territorial de boa parte das zonas periféricas e de ocupação desordenada: há indisponibilidade de serviços públicos essenciais, as habitações não contam com esgotamento sanitário e as ruas até bem pouco tempo eram de terra batida.

Fazer essa breve apresentação da comunidade é importante para explicitar, já de partida, o alinhamento deste trabalho a um paradigma ético-político que advoga pela defesa de perspectivas interventivas em psicologia que ultrapassem enfoques tradicionalistas, ao tempo que se aliem às possibilidades de superação das condições de precariedade e vulnerabilidade em que se encontram muitas das populações desses territórios (Dantas et al, 2018).

Antes de detalharmos o trabalho efetuado, também acreditamos ser fundamental chamar atenção para como se estruturam e interconectam tais situações, tendo em vista três elementos essenciais que as conformam: parca disponibilidade de recursos materiais que permitam aos sujeitos desenvolverem suas potencialidades; ineficaz ou ineficiente oferta de estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e possibilidades individuais e coletivas

de resistência e enfrentamento dos sujeitos às adversidades estruturais de seu contexto social (Scott et al, 2018).

Assim, ao falarmos de situações de vulnerabilidade social, estamos nos referindo a dadas condições “desfavoráveis”, das quais podem resultar a alteração ou diminuição da potencialidade de resposta dos sujeitos às situações de risco ou constrangimento de sua vida. São contextos e situações que traduzem, desse modo, uma condição de fragilização das pessoas e famílias. Dentre outros aspectos, isso se torna perceptível em situações como a parca inserção ou instabilidade no mercado de trabalho, a fragilidade das relações ou esgarçamento dos laços sociais e a indisponibilidade de acesso regular e de qualidade a serviços públicos ou demais formas de proteção social (Romagnoli & Paulon, 2017).

Portanto, embora a discussão sobre vulnerabilidade social seja com frequência associada à pobreza, percebamos que não se reduz a ela. De fato, o que parece ocorrer é que para boa parte da nossa população há uma consubstancialidade de vulnerabilidades que se justapõem: a baixa renda, a falta ou precariedade de trabalho, a ausência ou dificuldade de acesso aos serviços básicos, as condições desiguais de vida, as desigualdades estruturais de gênero e raça, a violência institucional etc. (Oviedo & Czeresnia, 2015).

Nesse contexto, é possível pensarmos o efeito das estruturas de dominação social como classe, raça e gênero na discussão sobre vulnerabilidade social em termo das interseccionalidades entre elas (Collins & Bilge, 2016). Pensada como enovelamento justaposto das formas de dominação e de exploração, essa abordagem refuta o enclausuramento e a hierarquização de categorias – tais como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. No lugar disso, propõe o reconhecimento das formas múltiplas de opressão presentes nessas categorias e a interação entre elas na produção e na reprodução de desigualdades sociais. Por exemplo, quando sobrepomos o grupo das mulheres com o das pessoas negras e o das pessoas pobres, são as mulheres negras de renda mais baixa que tendem a ser excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos (Collins & Bilge, 2016).

Para o sociólogo Jessé de Souza (2022), é mister percebermos que a lógica de exclusão social de nossa parcela mais pobre se articula à produção e manutenção históricas de uma engrenagem patriarcal e escravagista. Daí resulta a “reprodução de um contingente de pessoas condenadas a uma vida indigna desse nome” (s/p), majoritariamente composta por não-brancos e mulheres. Ou seja, na base das situações de vulnerabilidade encontram-se históricos processos de dominação social que alcançam os brasileiros e brasileiras pobres – notadamente, mulheres periféricas e não-brancas, de sorte que seus efeitos podem ser percebidos operativamente em múltiplas direções (Costa & Vasconcelos, 2015).

Primeiro, no movimento de retroalimentação dos sistemas de dominação e privilégios que, em grande parte, sustentam-se na culpabilização dos mais vulnerabilizados por suas condições de vida. Nele, a pobreza, enquanto fenômeno multidimensional, sabota os indivíduos à medida que interfere em sua liberdade básica de sobreviver e de ter acesso a serviços de saúde, educação de qualidade, segurança, etc. (Ximenes et al, 2015). Um impacto que, em sua dimensão subjetiva, é observado ao instaurar nesses sujeitos comportamentos e ideais de submissão e resignação. Somado a isso, tais ideias acabam produzindo formas de subjetividade que se notabilizariam pela percepção da vida como fadada a um destino fatal, predeterminado, com ausência de recursos emocionais e desânimo no que diz respeito à sua competência. Tais aspectos os levam a crerem não terem poder algum sobre si e sobre os acontecimentos (Costa & Mendes, 2020).

Ou seja, esse mecanismo contribui para a manutenção da pobreza ao esvaziar o sujeito cultural e politicamente, subtraindo sua capacidade de construir sua própria história. Disso resultariam formas de adoecimento físico e mental que, embora sejam percebidos em cada indivíduo, são sintomas do sofrimento ético-político induzido (Sawaia, 2017). Tem-se como produto final, portanto, subjetividades conformadas à subalternidade.

Por vezes, o efeito combinado dessas estratégias perversas costuma alcançar a dimensão íntima da pessoa, afetando seu direito à vida psíquica livre ou retirando-lhe o direito de se sentir pertencente aos seus grupos (Costa & Vasconcelos, 2015). No caso das mulheres, é imprescindível apontar que grande parte do sofrimento vivido por elas encontra-se relacionado às múltiplas e diversas formas de opressões que forjam a experiência de ser mulher (Zanello, 2018).

Ao falarmos dessas formas contemporâneas de sofrimento psíquico de grande parte da população brasileira, é imprescindível citar o modo como o saber psicológico é frequentemente convocado a explicar e intervir sobre as situações de consubstancialidade da vulnerabilidade social. Com frequência, tais práticas ocorrem em desfavor de perspectivas psicossociais e muito mais direcionadas a concebê-la de forma unidirecional, causal e individualizante (Romagnoli & Paulon, 2018). Ao mesmo tempo, é fundamental tensionar tais práticas, no sentido de atuações críticas e éticas que produzam deslocamentos nas estruturas mantenedoras das condições de exclusão/submissão, agindo para a construção de espaços que favoreçam o exercício da cidadania, dialogicidade e resistência a esses processos perversos (Dantas et al, 2018). Como demonstrarem a seguir, é nessa dupla perspectiva que se inscrevem a demanda inicial e as ações interventivas das quais resulta o presente relato de experiência.

## Metodologia

As atividades aqui descritas ocorreram no Loteamento Natércio Viana, comunidade urbana da cidade de Palmeira dos Índios, em Alagoas. As ações foram realizadas entre setembro de 2022 e junho de 2023, divididas em dois momentos.

### **Primeiro Movimento: Peripatetismo e Análise de Demanda**

A aproximação inicial com a comunidade se deu a partir de solicitação apresentada pelas líderes da recém-criada Associação de Moradores junto ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca/Palmeira dos Índios. Naquele momento, o pedido era de oferta de atendimento psicológico clínico-individual em um espaço improvisado da própria Associação. Como justificativa para o pedido, eram relatados frequentes casos de encaminhamento psiquiátrico de dezenas de moradores, com prevalência de transtornos mentais que demandariam suporte e acompanhamento psicológico individualizado.

Como etapa inicial, então, ao longo dos meses de setembro a dezembro de 2022, o trabalho voltou-se à melhor compreensão do pedido de intervenção e realização de diagnóstico das necessidades psicossociais da comunidade. Para tanto, propusemos um calendário de visitas domiciliares a alguns dos casos mencionados como problemáticos. Também foram feitas escutas de algumas das pessoas e tentativa de construção de um dispositivo grupal, no próprio espaço da Associação. Nesse primeiro momento, partiu-se da concepção proposta pelo psicanalista argentino Antonio Lancetti (2004) de formas de cuidado e articulação entre clínica e território feitas – literalmente – com os pés no chão. Com esse autor, apostava-se na ruptura com os espaços e delineamentos clássicos de atuação e na produção de espaços de saúde e cuidado que façam sujeitos e práticas se moverem pelos territórios e afetos que os constituem. Ou seja, uma clínica feita como movimento de deslocamento das verdades e *settings* clássicos, em direção à positivação dos encontros com a alteridade e os/as diferentes.

Pensada como atividade de prática peripatética, essa primeira etapa do trabalho objetivava duas coisas. Primeiro, de algum modo, dar resposta à demanda de intervenção, com construção de um espaço de escuta e compreensão dos contextos de saúde-doença da comunidade. Em segundo lugar, inventariar outras possibilidades interventivas e recursos disponíveis. Como argumento para isso, entendíamos que o trabalho de intervenção psicossocial não pode prescindir de se atentar àquelas potencialidades de que a própria comunidade já dispõe para o enfrentamento de suas dificuldades (Batista & Silva, 2023).

Além do sentido ético-político da inspiração peripatética, a opção por realizar as visitas domiciliares se revestiam ainda de um fundamento técnico-operacional que avaliamos como basilar ao trabalho com/em comunidades. Conforme apontam Rocha et al (2017), elas são importantes ferramentas e instrumentos por permitirem a vinculação afetiva com as pessoas acompanhadas – em especial, aquelas com dificuldade de locomoção ou com humor deprimido, além de assegurar que essa aproximação ocorra no próprio contexto de vida em que elas se encontram. Nesse sentido, conforme sustentam esses autores, as visitas se tornam uma interessante ferramenta de trabalho, ao possibilitar a valorização da dimensão subjetiva das práticas, o protagonismo das vivências e a produção de espaços comunicacionais dialógicos.

Assim orientados, a rotina dos primeiros três meses constitui em andar semanalmente pelas ruas do Loteamento, conversando informalmente com moradores sobre suas condições de vida e saúde. No início, as visitas eram feitas a partir da indicação das líderes comunitárias, que informavam às/aos moradores que a “equipe de psicólogos” passaria na casa no dia determinado. Algumas visitas, no entanto, passaram a ocorrer sem essa intermediação, com idas e encontros não previamente agendados. Também não havia roteiro prévio a respeito do que seria tratado durante a visita: podia ser uma conversa sobre situações de violência doméstica, ouvir a respeito de dificuldades de relacionamento com o filho mais novo, conhecer histórias sobre encantados e assombrações, reunir-se com adolescentes para conversar sobre perspectivas de futuro ou simplesmente passear pelo bairro com uma idosa em surto psicótico.

De modo geral, como desdobramento das visitas, percebeu-se que muitos dos casos inicialmente apresentados pelas lideranças guardavam profunda relação com as próprias condições de vida das pessoas e do território. Sucessivas histórias de violência de gênero, de expropriação da terra, de desesperança ou falta de perspectiva com o próprio futuro nos apontavam que qualquer abordagem ou compreensão em termos exclusivamente individuais seria limitada. Além disso, foi possível perceber que, dentre as dezenas de encaminhamentos iniciais para acompanhamento clínico, havia claramente um marcador de gênero/sexo: eram quase sempre as mulheres da comunidade as encaminhadas pelos ou para os serviços de saúde mental. Desde idosas até adolescentes, quase sempre as visitas eram às mulheres. Os homens, quando compareciam nas histórias, quase que unanimemente eram como os produtores ou reprodutores da violência e do adoecimento. Nesse sentido, como conclusão das visitas de diagnóstico, embora a demanda fosse de atendimento clínico individual, as histórias inventariadas nos diziam de um sofrimento cujo plano de fundo era questões psicossociais prementes. O que se apresentava era um contexto em que aos aspectos materiais da

vulnerabilidade pareciam justapor-se também outras questões como de gênero, sexualidade, idade e geração.

Também o dispositivo das visitas domiciliares se mostrou limitado para produzir efeitos. Compreendíamos que ele era importante para vinculação com a comunidade, mas esbarrava no fato de que aquilo que era tratado em cada visita ficava restrito àquele espaço. Isso, a despeito de muitas das histórias e formas de sofrimento se repetirem em sujeitos diferentes.

Em face disso, propusemos um segundo movimento, agora como projeto de intervenção psicossocial que objetivasse colocar em cena a discussão coletiva de algumas das repercussões do contexto psicossocial sobre a saúde mental das pessoas da comunidade, em específico, as mulheres.

### **Segundo Movimento: Fuxicos e Outras Artesanias de um Projeto de Intervenção com Mulheres**

A partir das conclusões oriundas das visitas domiciliares, definiu-se como objetivo do segundo momento a criação de um espaço de compartilhamento de histórias de mulheres da comunidade. Para tanto, foi proposto o uso conjunto de ferramentas de produção e aproximação cultural e intergeracional e de resistência, dando ênfase às histórias de vida e aos atravessamentos de gênero vivenciados por elas.

Entendendo que os relatos de adoecimento guardavam relação com a própria vida cotidiana da comunidade, a intenção era possibilitar a restituição histórica de suas vivências de sofrimento ético-político e fortalecer os laços sociais, de modo a auxiliá-las no enfrentamento dele. Como aporte teórico, tínhamos a constatação feita por Valeska Zanello (2018) de que é possível perceber expressamente um modo desigual do sofrimento psíquico, quando se consideram os marcadores sociais de gênero, classe e raça. Especialmente, em franco desfavor das mulheres negras e pobres.

No contexto da comunidade e das pessoas acompanhadas ao longo das visitas e conversas, era exatamente esse o retrato que se apresentava. Mulheres, em sua maioria não-brancas, quase todas com relatos de violência intrafamiliar; algumas com histórico de violência de gênero; pobres; com recorte etário que ia desde adolescentes com dificuldades de integração à comunidade por questões de sexualidade, até idosas em situação de abandono ou com sérios comprometimento psicomotor.

Com isso em vista, propusemos a realização de rodas de conversa semanais, com temática livre. Mas, com uma especificidade: de que as rodas ocorressem de forma

concomitante ao desenvolvimento semanal de uma atividade de costura criativa com fuxico. O fuxico é uma forma artesanal muito antiga de costura. Ele é confeccionado a partir de retalhos de tecidos alinhavados nas extremidades, podendo produzir diferentes artesanatos. O modo de produção consiste em fazer um molde redondo de tamanho variado, que serve para marcar o tecido e facilitar o corte. Após cortada, cada circunferência de pano é alinhavada nas extremidades, de modo que se forme um sanfonamento. Isso feito, basta repuxá-lo e dar-lhe a forma desejada. Conta-se que a origem do nome dessa técnica remete ao suposto costume das mulheres do Nordeste brasileiro de se reunirem para confeccioná-los, ao mesmo tempo em que aproveitavam a roda de costura para conversar e colocar os assuntos da vida cotidiana em dia.

Verdade ou não, fato é que apresentamos como proposta à comunidade a ideia de conversarmos sobre suas vidas, enquanto confeccionávamos capas, passadeiras, tapetes e roupas de forma artesanal. Os retalhos e materiais utilizados seriam oriundos de doações à Associação, de maneira a não acarretar em custos às mulheres. Também sugerimos que, ao final do projeto, as peças produzidas fossem expostas para dar visibilidade à criação e às histórias de vida da criadora.

Essa opção conjunta entre produção artesanal e roda de conversa buscava promover um ambiente que incentivasse a reflexão e ação contínua das participantes, como possibilidade de expressão livre. Apostávamos que, ao possibilitar o compartilhamento de suas histórias, as mulheres se implicariam na tessitura das histórias umas das outras, reconhecendo criticamente os elementos sociais, políticos e culturais que as atravessam e constituem. Como horizonte disso, partíamos do afirmado pela escritora negra estadunidense bell hooks (2019), autora para quem a produção de espaços de solidariedade feminista se constitui por meio e graças à escuta e valorização das diferenças e das complexidades entre mulheres.

A proposta, portanto, era de costurarmos coletivamente um espaço ético-político de escuta no qual as mulheres pudessem se reconhecer e promover o envolvimento comunitário e a criação de redes de apoio (Sampaio et al., 2014). Para tanto, entendíamos como fundamental propor atividades que visassem à horizontalização das relações de poder e à aproximação mais sensível com as situações vividas no seu cotidiano.

O fuxico, empreendimento cultural importante de resistência nordestina, conjugado à essa possibilidade de conversas cotidianas informais, foi utilizado, então, como dispositivo político. Como forma de costura e expressão vulgarizada e rebaixada e, por isso mesmo, integrante de um “rol de conhecimentos e de práticas, de saberes e fazeres, os quais elevam à dimensão políticas experiências femininas no passado e no presente” (Sant’anna, 2016, p. 385). Afinal, como sustenta esse autor:

O privado e as inúmeras experiências circunscritas a esse conceito, como o cuidado com a família e com as crianças, as práticas de educação do corpo, os trabalhos com a agulha, os afetos, as paixões, a vida sexual, não são menos práticas tão politizadas quanto as relações que se dão no âmbito do parlamento e do Estado. Cada prática, guardada a sua proporcionalidade, na esfera do político, de um político (Sant'anna, 2016, p. 385).

Por isso, não é raro encontrarmos narrativas femininas em ambiente doméstico, permeado pelas relações familiares e conjugais, mantendo o passado como uma matéria viva entre as pessoas. Como aponta Davis (2022), essas narrativas têm o poder de nos dar alegria e perspectiva em tempos difíceis; ou nos sufocar, quando nos deixamos definir pela percepção limitada que outras pessoas nos impõem como verdade. Daí a importância de nos concentrarmos em/com saberes que nos são próprios, para nos descolarmos do discurso produzido por aqueles que sempre detiveram o poder de nos silenciar e falar por nós.

De fato, no próprio contexto comunitário, isso ficou notório já na apresentação da proposta. Inicialmente, a ideia era de que as oficinas fossem facilitadas por uma estudante de psicologia com experiência e formação em corte e costura. Ao apresentarmos a sugestão de trabalhar com fuxico, porém, fomos positivamente surpreendidos com o fato de que algumas delas já tinham experiência na produção das peças. Inclusive, compartilhando conosco itens feitos anteriormente e relatando que haviam chegado a vender algumas das produções para o comércio exterior. Esse reencontro com a possibilidade de produzir algo que já lhes era comum, então, somou-se como mais um elemento justificador da proposta.

Ao final, a proposta foi aceita por um grupo de mulheres que variava entre cinco a dez, a depender dos encontros. Quase sempre o grupo era formado por donas de casa, algumas delas idosas, mas também com a presença de jovens. Também as lideranças comunitárias participavam das atividades. Quanto aos marcadores de raça/etnia, o grupo era heterogêneo, com presença de brancas e não-brancas. Junto com elas, realizamos entre os meses de março e junho de 2023 as oficinas de produção de fuxico, com rodas de conversa semanais, nas tardes de quinta-feira. Cada encontro tinha duração prevista de duas horas, mas, não raro, se estendia muito mais que isso, com conversas que começavam no meio da tarde e perduravam até o anoitecer. A partir dos diversos encontros, surgiram reflexões acerca dos rebatimentos psíquico-afetivos das diversas formas de dominação social e das possibilidades ético-politicamente referendadas de atuação em psicologia frente a elas.

## **Costurar e Potencializar Histórias: Resistência e Narração**

No contexto das atividades desenvolvidas na comunidade, foi possível observar pistas do sofrimento ético-político nas mulheres, mães e donas de casa, sem emprego formal e diretamente vitimadas pelas mais variadas formas de violência. Em especial, os relatos demarcavam um fundo comum: tratava-se quase sempre da presença de uma figura masculina como aquele que ensejava ou praticava atos abusivos. O gradiente desses atos era amplo no relato das mulheres, indo desde casos de violência psicológica – com ameaças de alienação patrimonial, ridicularização e xingamentos – até frequentes relatos de agressões físicas, ameaças de morte, tentativas de estupro e perseguições. Essa amplitude também alcançava o perfil daquelas que se narravam vítimas. Por exemplo, em um dos encontros, enquanto conversávamos sobre as possibilidades de diversão ou passatempo na comunidade, surgiram relatos de perseguições e importunações sexuais por parentes, vizinhos ou desconhecidos. Foi sintomático perceber naquele dia que as ocorrências narradas não respeitavam diferenciação por idade, estado civil, nível de instrução, tipo de vestimenta ou qualquer outra especificidade. Mulheres dos mais diferentes perfis narravam entre si casos relativamente semelhantes de medo e abuso, unicamente por serem mulheres.

Esses episódios tornaram clarividente o fato de que as histórias íntimas que estruturam a formação humana das mulheres – inclusive as estudantes que facilitavam a intervenção – são muito semelhantes entre si, ainda que existindo diferenças subjetivas e nos modos como as opressões e discriminações as afetam. Essa semelhança não passa apenas pelo sofrimento político que atravessam, mas também pelas formas de resistir a elas. Uma observação que nos leva a fazer coro com feministas negras como Bell Hooks (2019): o pessoal é político.

Com isso em mente, queremos destacar que as histórias indicavam um paradoxal arranjo que as atividades em grupo tornaram possível perceber. Por um lado, o dispositivo da conversa em roda de fuxico viabilizou que frequentemente as participantes expressassem em suas palavras e comportamentos o sentimento de ocupar um não-lugar ou de impotência diante de muitas dessas situações. Um vazio de potencialidade que comumente empurrava para o plano supra terreno as possibilidades de justiça, segurança ou reparação (Costa & Mendes, 2020).

Ao mesmo tempo, foram muito frequentes os casos em que as soluções ou perspectivas de encaminhamento para as violências sofridas eram completamente diferentes de uma para outra mulher, indicando formas singulares de elaboração ou enfrentamento a elas. Um exemplo disso, ocorreu em uma das rodas em que foram narrados casos de traição ou abandono do lar por figuras masculinas. Enquanto algumas narravam suas desventuras em tom jocoso, fazendo

piadas, outras falavam sobre o modo frio e calculista como responderam ao adultério; outras, narravam respostas coléricas, com histórias de lesão corporal e intervenção policial. Sem entrar no mérito, o que queremos destacar é como essas diferentes modulações frente a um problema comum indicam formas singulares de interpretação de sua realidade e de posicionamento frente a ela.

Nesse sentido, na esteira do indicado por Costa e Mendes (2020), é possível interpretar que o funcionamento psíquico das mulheres nesses episódios de violência parecia oscilar entre uma perspectiva fatalista sobre a própria existência, rendendo-se a uma condição de vida aparentemente incontornável e outras ocasiões em que se ultrapassava essa dimensão estritamente individual do fatalismo para se engendrar astúcias cotidianas contra os processos de dominação patriarcal.

Entendemos que essa inversão fatalista da ordem é em boa medida possibilitada por situações em que tais experiências podem ser coletivizadas e conjuntamente elaboradas. Afinal, como nos faz recordar a literatura de Conceição Evaristo (2017), é por meio dos encontros, diálogos e observações com aqueles/as que compõem nossos becos da memória que forjamos as formas de narrar nossa própria vida. Ou seja, frente ao sofrimento ético-político daquelas mulheres, suas respostas efetivas passavam pela positivação das suas histórias singulares e fortalecimento de si para lidar com suas demandas subjetivas e mesmo ultrapassagem da aparente impossibilidade de ação.

A esse respeito, foi possível perceber que, ao longo dos encontros, algumas das participantes inicialmente mais retraídas se sentiram mais confortáveis para compor a roda ativamente. Também houve episódios em que elas mesmas verbalizavam se sentirem à vontade para compartilhar com o grupo histórias e situações de suas vidas até então silenciosas ou silenciadas. Nesse sentido, os encontros de costura permitiram quebrar com o silêncio como ferramenta de proteção despotencializada de suas vidas. Como aponta Audre Lorde (2021), o ato de falar, sobretudo com pessoas que compartilham experiências semelhantes às nossas, nos põe em movimento e possibilita ao menos a imaginação de mundos possíveis. Contar memórias e experiências tornou-se para elas um ato de resistência ou cura. Afinal, o compartilhamento de memórias entre mulheres sempre foi utilizado como modo de sobrevivência, resistência e reflexão sobre suas existências (Sant'anna, 2016).

## **Urdir Outros Fazeres: Apontamentos Político-Clínicos para a Psicologia**

Parelho a isso, queremos tomar essa experiência também para destacar alguns aspectos que emergem da relação entre psicologia e contexto de dominação e precarização social. O primeiro deles, referente à ética que pode nos mover. Ao longo das conversas, visitas e rodas, perseguíamos dois fundamentos éticos basilares. Por um lado, os deveres dispostos no regramento normativo da ética profissional em Psicologia, primando-se pela ampliação dos espaços de escuta, respeito à privacidade e intimidade das pessoas, proteção da integridade e respeito às diferenças (CFP, 2005). Nesse sentido, mesmo em face do aspecto deambulante do primeiro momento, comumente privilegiava-se que as visitas e conversas fossem feitas em espaços e ambientes reservados, de maneira a minimamente salvaguardar aqueles princípios deontológicos. No caso das rodas de conversa, pactuamos inicialmente que aquilo que fosse conversado ficaria restrito à roda de fuxico. Em complemento a isso, compreendíamos que a sustentação ética das conversas e caminhadas não poderia nem deveria se limitar ao cumprimento dos ditames sustentados nos códigos de conduta profissional. É a esse segundo aspecto, então, que queremos dar maior relevo aqui.

A aproximação interventiva junto a territórios, afetos, pessoas e seus modos de vida cotidianos, por si, nos convoca à ampliação da dimensão que damos aos fundamentos éticos de nossas práticas. Como mencionam Faraco e Jaeger (2010), exige-se uma ética que seja social, prática e realizável. As implicações diretas dessa aproximação são a necessidade de diálogo, flexibilidade e empatia para compreender as exigências e perigos de cada situação em particular, renegociando e repactuando constantemente com os sujeitos aquilo que pode ou não pode ser conversado, com quem, onde e sob quais condições postas por elas (Sarriera et al, 2010). Com isso em vista, na intervenção em tela, o andamento das atividades muitas vezes implicava em rearranjos nos processos de organização do planejado, com atribuição de funções inesperadas para o/a interventor/a, necessidade de escutas reservadas ou atividades repactuadas para atender a especificamente das participantes para aquele dia especificamente. Nessas situações, percebemos a indissociabilidade entre aspectos éticos e metodológicos, compreendendo-se que todo o processo – desde a escolha das ferramentas interventivas até o modo de nos portarmos em cada encontro ou visita – envolviam sempre decisões metodológicas que também são éticas e vice-versa (Dantas et al, 2018).

Pensar esse patamar ético de nossa atuação, então, nos impõe o desafio de construção de uma perspectiva crítica da psicologia com populações vulnerabilizadas, a qual não apenas rechace quaisquer determinismos ou categoriais universais. Mas que também esteja implicada

com a ultrapassagem da adoção de procedimentos previstos nos códigos, regras e políticas oficiais. Sem descartá-los, mas acreditando que é necessário que a eles se juntem outros vetores que nos constituem subjetivamente e que se movem fora desses registros já estabelecidos. Uma ética que guia nossas escolhas de acordo com algumas diretrizes de um projeto coletivo de luta pela garantia de condições mínimas de dignidade que fazem com que a vida seja digna de ser vivida (Butler, 2019).

Como aponta Heliana Conde Rodrigues (2009), assumir essa postura implica em reconhecer que as formas como pensamos e agimos no mundo não se descolam dos modos históricos de subjetivação e temas que nos são caros. De sorte que uma atuação ético-política direcionada a contextos de pobreza, vulnerabilidade e violência deve, por óbvio, compreender como se produzem desigualdades e iniquidades, tais como: a inserção e precarização do trabalho, a gestão da miséria pelo capitalismo e a banalização da violência de gênero em nossa sociedade.

Outro ponto, diretamente desdobrado dessa concepção ético-política, diz respeito à escuta que dela se depreende como procedimento. Ao longo dos dez meses de aproximação comunitária, nas visitas domiciliares e rodas de conversa, foi fundamental a positivação de estratégias de escuta que se assentavam na busca por uma apropriação sensível e inteligível daquilo que se ouvia. Estar inteira no momento da escuta envolve perceber tons, gestos, boca entreaberta de onde vazam ruídos e não palavras, choro, gargalhadas, sorrisos discretos e silêncio que habita o intervalo entre as palavras, diante de uma percepção nova na hora da relembração (Evaristo, 2017). Escutar é sempre um exercício de sensibilidade e inteligibilidade. É algo que se faz com e no corpo. Atravessado por significados que as palavras em si têm ou assumem, dentro de uma língua e também pelo modo como aquilo é enunciado (Wenzel & Richter, 2019).

Nesse sentido, a aproximação comunitária e o estabelecimento de um vínculo mais duradouro se apresentaram-se como estratégias de ultrapassagem da dimensão estritamente técnica, individualizadora e culpabilizante do cuidado e escuta. Ou, ainda mais, possibilitou a ruptura com lugares institucionais convencionais em psicologia, com a ocorrência de episódios em que as histórias narradas passavam a dizer respeito também àqueles/as que supostamente ocupavam a posição de interventor/a. Nesses momentos, o exercício de escuta e cuidado do ou com o/a outro/a tornavam-se momentos de aberturas à alteridade, implicando-nos em “desviar do campo da escuta como técnica para transitar no plano da escuta como experimentação, como perturbação dos modos de vida instituídos” (Heckert, 2007, p. 206): com o compartilhamento coletivo de risos, lágrimas, cafezinhos, abraços e saudades; com convites e

participação em atividades que iam além dos encontros previstos; com experimentação de relações de amizade e afeto; com o exercício sutil e sensível de reconhecer, compreender e aceitar as diferenças.

Por um lado, cabe ainda à psicologia e às/os psicólogos/as destrinchar os mecanismos subjetivos através dos quais se produzem as legitimações ou invalidações das práticas sociais, que favorecem ou mutilam as resistências e possibilidades de vida dos grupos socialmente subalternizados e que reivindicam por seus direitos (Barbosa et al, 2022). Por outro, nos cabe também urdir a politização de nossas vidas e práticas, como forma de atualizar nossa capacidade de atuar no espaço público e sustentarmos esse ato ético-político como um afeto positivo pelo mundo e pela diferença.

Nos termos postos por Vasconcelos et al (2022), ao propormos a costura de um fazer psicológico que alinhava a disposição afetiva para empreender resistência e restituição de direitos com o reconhecimento dos privilégios que pomos a funcionar cotidianamente, podemos falar na efetividade de um projeto de atuação clínico-político que opere a abertura aos modos de subjetivação ainda minorizados em nossa sociedade.

Para tanto, devemos também abrir mão da categoria de vulnerabilidade quando esta aparece atrelada a uma condição de vida assujeitada e despotencializada (Romagnoli & Paulon, 2018). Ou, quando isso não for possível, devemos ao menos evidenciar as estruturas de produção das quais ela é resultante ou condicionante dos poderes e práticas que incidem sobre corpos e territórios específicos. É necessário cuidar da vulnerabilidade, mas sem perder de vista a potência dos/as vulneráveis e os poderes que a consubstanciam.

Desse modo, reitera-se que as resistências se inscrevem nas entrelinhas cotidianas, como no enfrentamento diário da pobreza, do racismo, do machismo e da homofobia. [...] Com isso, exige-nos uma maior sensibilidade frente às práticas elaboradas por estes sujeitos em situação de pobreza e suas intersecções, para que assim se possa pensar conjuntamente estratégias possíveis e viáveis com suas realidades (Barbosa et al, 2022, p. 101).

### **Considerações Finais**

Conclusivamente, nos alinhamos a Vasconcelos et al (2022) para afirmar que as visitas, os encontros de costura criativa e rodas de conversa acabaram por fiar uma rede de relações que potencializaram sujeitos e territórios vivos em que se situam. Dentre os atravessamentos e

alinhaves que eles permitiram, destaca-se a escuta das múltiplas violências e exercícios de poder, ao mesmo tempo em que se ressalta a singularidade e a singularização das mulheres nos modos como costumam formas de enfrentamento às totalizações e códigos dominantes.

Como experiência que se inscreve no campo da Psicologia, queremos destacar que tal iniciativa se mostrou relevante e interessante por duas razões. A primeira delas, como exercício sensível de escuta dos processos vulnerabilização social e de precarização das condições de vida da comunidade acompanhada. A isso, somamos o índice de particularidade de tal aproximação ter considerado como imprescindível aliar o saber popular e a apropriação crítica do saber formal em psicologia. Composição que se mostrou potente também em ampliar as possibilidades formativas, ao se constatar como abertura de espaços de cuidado e escuta relativamente diferente daqueles mais comumente experimentados.

### Referências

- Barbosa, V. et al. (2022). Relações entre Psicologia e Pobreza: propostas de atuação decolonial. *Rev. Polis e Psique*, 12(3): 90-110. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.116537>
- Batista, L. & Silva, R. S. (2023). Álcool, drogas e comunidades indígenas: relato de uma intervenção psicossocial. In: Leite, J. F. et al. (Org.). *Psicologia e contextos rurais: diálogos psicossociais a partir da América Latina* (p. 89-104). Curitiba: CRV, 2023
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Collins, P. H & Bilge, S. (2016). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional*. Brasília: CFP.
- Costa, P. H & Mendes, K. (2020) Dialética do Fatalismo: do Fatalismo dos Indivíduos para o da Ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 02. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52593>
- Costa, E. S & Vasconcelos, I. (2015). Gênero e raça: dominação, resistências e pressupostos teóricos. *Textos & Debates*, Boa Vista-RR, 27(2), p. 453-469. 2015.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P.. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30, e165477. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>
- Davis, V. (2022). *Em busca de mim*. Tradução Karine Ribeiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bestseller.
- Evaristo, C. (2017). *Becos da Memória*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Pallas.

- Faraco, C. B. & Jaeger, M. A. (2010). A ética na intervenção psicossocial. In: Sarriera, J. & Saforcada, E. (Orgs). *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas* (p. 215-227). Porto Alegre - RS: Sulina.
- Heckert, A. L. C. (2007). Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: Pinheiro, R. & Mattos, R. A. (Org.). *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. (p. 199-212) Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC.
- Hooks, B. (2019) *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante
- Lancetti, L. (2001). *Clínica Peripatética*. São Paulo: HUCITEC.
- Lorde, A. (2021). *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Oviedo, R. A. M., & Czeresnia, D. (2015). O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 237–250. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0436>
- Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios (2012). Gabinete do Prefeito. *Lei °1912/2012 – Autoriza o Poder Executivo a regularizar o Loteamento Natércio Viana*. Palmeira dos Índios-AL, 13 de fevereiro de 2012.
- Rocha, K. et al (2017). A visita domiciliar no contexto da saúde: uma revisão de literatura. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 18(1), pp. 170-185. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180115>
- Rodrigues, H. C. (2009). Psicologia, profissão e ética. In: C Tourinho e R Sampaio. *Estudos de Psicologia: uma introdução* (p. 181-195). Rio de Janeiro: Proclama.
- Sampaio, J. et al. (2014) Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, suppl. 2. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0264>
- Sant’anna, T. (2016). Quando escrever e bordar são práticas políticas: as mulheres das Minas Gerais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p385>
- Sarriera, J., Silva, M., Pizzinato, A., Zago, C. & Meira, P. (2010). Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: Sarriera, J & Saforcada, E. (Orgs). *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas* (p. 19-42). Porto Alegre - RS: Sulina.
- Sawaia, B. B. (2017). O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (p. 97-118). 14ª ed. São Paulo: Cortez.

- Scott, J. B et al (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), p. 600-615. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>
- Souza, J. (2022). *A ralé brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vasconcelos, M et al. (2022). Costura Político-Clínica por um Cuidado Feminista: Relato de Experiência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. spe., 2022. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71782>
- Ximenes, V. M. et al. (2015). Pobreza e suas implicações psicossociais. In: Accorssi, Aline et al (Orgs). *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia*. (p 149-176). Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental e Gênero: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.
- Wenzel, R. A., & Richter, S. R. S. (2019). Entre a Presença do Ouvir, Sentidos a Escutar. *Revista Brasileira De Estudos Da Presença*, 9(1), e76165. <https://doi.org/10.1590/2237-266076165>